RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Segunda-Feira, 09 de Novembro de 2026

Câmara aprova projeto que autoriza municípios a fiscalizar empresas de energia

DE FORMA SIMBÓLICA

g1

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira (17) um projeto que autoriza os municípios a participar da fiscalização e do processo de concessão de serviços de energia elétrica. O texto seguirá para votação no Senado.

A proposta, aprovada de forma simbólica, estabelece que a **Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) poderá firmar convênio com prefeituras** para que estas realizem **atividades complementares de fiscalização** das concessionárias de energia.

Atualmente, a legislação dá à Aneel o poder de fiscalizar os serviços de energia e prevê que estados possam participar do processo, também por meio de convênio.

Apresentado em abril deste ano, o projeto ganhou tração após um novo apagão atingir a cidade de São Paulo e deixar mais de 3 milhões de clientes sem energia. Passados seis dias do blecaute, a distribuidora de energia Enel SP, que atende à Grande SP, disse que cerca de 36 mil unidades ainda seguem sem luz.

A proposta é patrocinada pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), que tem direcionado críticas à fiscalização da Enel, que, por lei, cabe à Aneel e aos estados, mediante convênio.

O projeto foi protocolado na Câmara pelo presidente nacional da sigla de Nunes, deputado Baleia Rossi (SP), a pedido do prefeito da capital paulista. Na ocasião, Baleia e Ricardo Nunes entregaram o texto, em mãos, ao presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

A participação dos municípios no controle das distribuidoras dependerá, de acordo com o texto, da manifestação de vontade da prefeitura e da assinatura de um contrato de metas. A medida valerá para contratos em andamento, e consórcios intermunicipais também poderão pleitear o convênio.

Segundo a iniciativa, nas áreas em que houver mais de um acordo para fiscalização complementar das distribuidoras, haverá preferência para a parceria firmada entre a Aneel e a prefeitura.

Na prática, a medida poderá esvaziar o papel de agências estaduais de fiscalização, dando prioridade às prefeituras nos atos.